

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

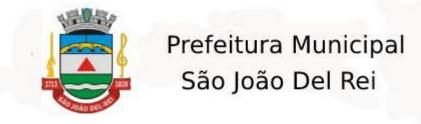
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG

Edição nº: 356 – Ano III – quinta-feira, 10 de junho de 2021.

Lei municipal nº 5305, de 23 de março de 2017.

Extrato de publicação:

Secretaria Municipal de Governo e Gabinete de São João del-Rei - MG



Lei nº 5.754, de 09 de junho de 2021

"Autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências".

A Câmara Municipal de São João del-Rei aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.

- **Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R\$ 2.131,20 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos) para pagamento de despesas de exercícios anteriores, relativo a valores pendentes com a Minas Rey Construtora LTDA.
- **Art. 2º** Os empenhos e pagamentos das despesas decorrentes desta Lei, no presente exercício, serão executados em até R\$ 2.131,20 (dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos), com a inclusão da seguinte dotação:

02.007.003 - Secretaria Mun. De Cid. Assist. e Des. Social

08 Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0805 – Assistência Social Geral

1.099 – Reformas e Construções Assist. Social Ge

3.3.90.92.00 – despesas de exercícios anteriores

100 – Recursos Ordinários R\$ 2.131,20

Parágrafo único: Servirá de recursos para cobertura do crédito especial mencionado no caput deste artigo, a anulação parcial das seguintes dotações consignadas no orçamento vigente:

Ficha 0507

02.007.003 - Secretaria Mun. De Cid. Assist. e Des. Social

08 Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0805 – Assistência Social Geral

1.099 – Reformas e Construções Assist. Social Ge

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

100 – Recursos Ordinários R\$ 2.131,20

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir o programa objeto desta lei, no Plano Plurianual para o período de 2018/2021 instituído pela Lei Municipal nº 5.377 de 07 de novembro de 2017; na Lei nº Lei nº 5.688, de 03 de agosto de 2020, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021(LDO) e na Lei nº 5.724, de 04 de novembro de 2020, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São João del-Rei para o exercício financeiro de 2021", (LOA).



- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
- **Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 09 de junho de 2021.



Lei nº 5.755, de 10 de junho de 2021

"Organiza e Estrutura o Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente - CODEMA, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de São João del-Rei, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** O CODEMA é órgão autônomo colegiado, consultivo, normativo e deliberativo, que tem por finalidade assessorar, estudar e propor ao poder público municipal diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais no âmbito de sua competência e em toda a área do Município. Tem sob sua responsabilidade o debate sobre assuntos referentes à proteção, conservação, defesa do equilíbrio ecológico e melhoria do meio ambiente e combate às agressões ambientais, conforme preveem os artigos 185, 186, 187 e 188 apresentados no Capítulo IV da Lei Orgânica do Município de São João del-Rei.
- § 1º Para o pleno funcionamento do Conselho, caberá ao órgão Executivo Municipal prover recursos humanos e infraestrutura física para a realização das atividades propostas nesta Lei.
- § 2º O CODEMA será estruturado da seguinte forma:
- I Presidência e Vice Presidência:
- II Plenária;
- III Câmara Especializada (assessores técnicos especializados);
- IV Secretaria Executiva.
- I Representantes de Órgãos Governamentais:
- a) Executivo Municipal pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- c) Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ);
- **d**) Instituto Estadual de Florestas (IEF);
- e) Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMA);
- f) Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTMG);
- g) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG);



- h) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);
- i) Defesa Civil de São João del-Rei;
- j) DAMAE Departamento Autônomo de Municipal Água e Esgoto;
- **K**) Secretaria Municipal de Agricultura.
- II Representantes de entidades Não Governamentais:
- a) Associação Comercial e Industrial de São João del-Rei (ACI del-Rei);
- **b**) Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei (IHG);
- c) Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN);
- d) Associação Regional de Proteção Ambiental (ARPA);
- e) Brigada 1 Brigada Voluntária de combate a Incêndios Florestais;
- f) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) subseção São João del-Rei;
- g) Conselho do Parque Ecológico Municipal da Serra do Lenheiro;
- h) Projeto CAC- Associação de Amigos do Projeto Criança e Adolescente Cidadã;
- I) Movimento Força Jovem;
- **J**) Sociedade Protetora dos Animais;
- **K**) Sociedade Civil de Notório Saber.
- § 1º Os conselheiros do CODEMA indicarão uma lista tríplice, em ordem de preferência, ao Chefe do Executivo Municipal, com sugestões de nomes para ocuparem as cadeiras de Notório Saber (titular e suplente). Os indicados deverão possuir experiência pública e notória de engajamento em defesa do meio ambiente.
- § 2º As entidades que compõem o Conselho serão convidadas por oficio a indicar o nome de 01 (um) representante titular e de 01 (um) suplente, devendo enviar resposta ao Chefe do Executivo Municipal no prazo de 15 dias.
- § 3º O Chefe do Executivo dará posse aos conselheiros do CODEMA por Decreto Municipal em 15 (quinze) dias após o recebimento das indicações.
- Art. 3º O conselheiro suplente substituirá o titular na sua falta ou impedimento.



- §1º Caberá ao conselheiro titular requerer sua substituição a seu respectivo suplente.
- § 2º A falta do conselheiro titular ou de seu suplente às sessões, por três vezes consecutivas, ensejará no desligamento da instituição que representa. A instituição receberá o comunicado do desligamento por escrito. Em caso de contestação, a plenária do Conselho avaliará a situação.
- § 3º Em caso de vacância, para manter a composição paritária, os conselheiros elegerão, em sessão ordinária, uma nova entidade para compor o CODEMA.

Parágrafo Único: o CODEMA deverá comunicar a alteração à Câmara Municipal no prazo de 30 dias, para o devido ajuste na legislação.

- **Art. 4º** O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida sua recondução por igual período.
- **Art. 5º** Compete ao CODEMA:
- I formular e fazer cumprir as diretrizes da política ambiental do Município;
- II propor leis e outras normas sobre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável ao município, observadas as legislações Federal e Estadual sobre a matéria;
- III elaborar procedimentos e ações destinadas à recuperação, proteção, à defesa, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental, no limite de sua competência, a fim de tornar aplicáveis no âmbito do município de São João del-Rei, as legislações Federal, Estadual e Municipal;
- IV fiscalizar no âmbito do município o cumprimento de leis, normas, procedimentos e ações sobre meio ambiente;
- V solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico e científico para as ações executivas do município na área ambiental;
- VI Subsidiar os Órgãos Jurídicos nos Inquéritos Civis instaurados;
- VII expedir parecer sobre a legislação ambiental do município, no âmbito de sua competência.
- **VIII** identificar e manter informada a comunidade e os órgãos públicos competentes sobre a existência de áreas degradadas, ou ameaçadas de degradação, bem como propor medidas para sua recuperação;
- IX propor ao órgão executivo municipal a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de atividades ligadas à defesa, conservação, preservação e pesquisa do meio ambiente;

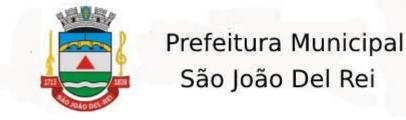


- **X** Nomear comissão entre os conselheiros ou contratar equipe técnica para emitir parecer técnico fundamentado sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, bem como sua urbanização, quanto a sua adequação às exigências do meio ambiente e à conservação e preservação dos recursos naturais:
- XI propor ações sobre a realização de estudo alternativo e de possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das pessoas envolvidas, físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento com a proteção ambiental;
- **XII** Exigir da equipe do Executivo Municipal de Meio Ambiente parecer técnico fundamentado sobre as medidas mitigatórias e compensatórias propostas pelas pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, que causem ou possam causar danos ao meio ambiente, determinando aquelas que devem ser implementadas pelos agentes agressores;
- **XIII** propor ações de controle permanente das atividades poluidoras, requisitando, quando for o caso, às custas do agente infrator, a realização de ensaios laboratoriais e outros estudos cabíveis para o conhecimento dos indicadores de qualidade ambiental;
- **XIV** propor ações e medidas para a melhoria da qualidade ambiental a agentes infratores e estabelecer prazos para a sua implantação;
- **XV** encaminhar aos órgãos competentes situações de irregularidades ambientais que cheguem ao seu conhecimento e que extrapolem sua competência ou capacidade de ação;
- **XVI** promover e orientar programas educativos e culturais com a participação da comunidade, que visem à preservação, defesa, conservação e conscientização ambiental, bem como, participar de sua execução;
- **XVII** propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, de mananciais, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, espeleológico, de espécies da flora ou fauna raras e/ou endêmicas e das áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicados à ecologia;
- **XVIII** propor e participar de audiências públicas e referendos, quando for o caso, visando a participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;
- **XIX** propor aos órgãos competentes ações para localizar, reconhecer, mapear e inventariar em cadastro os recursos naturais existentes no Município, as coberturas vegetais nativas e áreas reflorestadas, estudando espécies de essências nativas, suas aplicações e utilidades, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;
- **XX** receber denúncias feitas pela população encaminhando-as aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis, bem como propor e cobrar do Executivo competente as providências que lhe forem cabíveis:



- **XXI** estabelecer critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção de qualidade do meio ambiente, na esfera municipal;
- **XXII** apreciar todos os anteprojetos de Lei, decretos ou resoluções relativas ao Meio Ambiente, como especificado no artigo 187 da Lei Orgânica do Município.
- **XXIII** gerir o Fundo Municipal de Meio Ambiente de acordo com o artigo 188 da Lei Orgânica do Município.
- **XXIV** elaborar, modificar e aprovar seu regimento interno.
- **Art.** 6° O presidente e o vice-presidente do CODEMA serão eleitos entre os membros do período vigente, em sessão ordinária, para um mandato de dois anos, permitindo-se recondução por somente mais um mandato;
- **Art. 7º** A função dos conselheiros do CODEMA será considerada de relevante serviço à comunidade e será exercida sem remuneração.
- **Art. 8º** As sessões do CODEMA serão convocadas pelo Presidente, e assessoradas pela secretaria executiva, e seus atos e decisões deverão ser amplamente divulgados.
- **Art.** 9º Quaisquer alterações, revisões, regulamentações, decretos ou normas relativas à presente Lei, ou dela decorrentes, somente poderão ocorrer após a apreciação do CODEMA.
- **Art. 10** Os recursos financeiros, humanos, materiais e administrativos necessários ao funcionamento do CODEMA e de suas sessões serão providos pelo Executivo Municipal de Meio Ambiente.
- **Parágrafo Único** O órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente deverá consignar no orçamento municipal dotação para a realização de despesas com transportes, instalações, combustíveis, treinamentos, viagens, folhetos educativos e mobiliário, dentre outros requeridos para o adequado e ininterrupto funcionamento e cumprimento das competências legais do CODEMA e da própria Secretaria.
- **Art. 11** Ficam revogados os dispositivos contrários da Lei nº 3.343, de 20 de janeiro de 1998; a Lei nº 3.959, de 04 de julho de 2005; a Lei nº 4.669, de 28 de setembro de 2011; a Lei nº 4.971, de 11 de dezembro de 2013; o Decreto nº 6.817, de 27 de dezembro de 2016 e Decreto nº 7.106, de 21 de agosto de 2017.
- **Art. 12** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se todos os dipositivos em contrário.

Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 10 de junho de 2021.



Lei nº 5.756, de 10 de junho de 2021

"Autoriza a abertura de Crédito Especial para reconhecimento de valores devidos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CIDRUS, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de São João del-Rei aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o executivo Municipal, autorizado, a pagar, em parcela única, valores devidos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CIDRUS, referente a valores remanescentes, não quitados, no exercício de 2020; contribuição no valor de R\$ 34.788,84 (trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º Fica autorizada a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

02.011.000 - Secretaria Mun. Agricultura e Abastecimento

20 - Agricultura

606 – Extensão Rural

2001 – Promoção e Extensão Rural

2.453 - Manut. Consórcio CIDRUS

3.3.90.92.00 – despesas de exercícios anteriores

100 - Recursos Ordinários - R\$ 34.788,84

§ 1º Para cobertura do Crédito Especial será anulada em igual valor a seguinte dotação:

Ficha: 00759

02.011.000 - Secretaria Mun. Agricultura e Abastecimento

20- Agricultura

606- Extensão Rural

2001 – Promoção e Extensão Rural

2.119 – Assistência e Incentivo ao Produtor Rura

3.3.50.41.00 – Contribuições

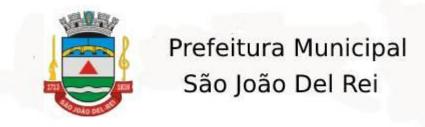
100 - Recursos Ordinários R\$ 34.788,84

Art. 3º Fica autorizada a inclusão da despesa, objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 5.377, de 07 de novembro de 2017, que "Estabeleceu o Plano Plurianual – PPA para o período de 2018/2021"; na Lei Municipal número 5.688, de 03 de agosto de 2020, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências", e na 5.724, de 04 de novembro de 2020, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São João del-Rei para o exercício financeiro de 2021".

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 10 de junho de 2021.



DECRETO Nº 9.351, de 09 de junho de 2021.

"Convoca a X Conferência Municipal de Assistência Social e, dá outras providências."

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

O Prefeito Municipal de São João del -Rei, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com o art. 67, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de São João del-Rei,

Decreta:

Art. 1º - Fica convocada a "X Conferência Municipal de Assistência Social de São João del-Rei", a ser realizada no dia 27 de julho de 2021, no horário das 12:00 às 18:00 horas, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tendo como temática central "Direito do Povo e Dever do Estado, com Financiamento Público, para enfrentar as desigualdades e garantir a Participação Social".

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Fica designada a Comissão Organizadora constituída pelos membros abaixo mencionados:

- Cássia de Paiva Carvalho;
- Heloísa Gabriela da Silva;
- Ilma Aparecida da Silva;
- Kátia Cilene da Silva;
- Nida Regina Sade Fonseca;
- Raquel Suelle da Silva e
- Valéria Aparecida de Souza.

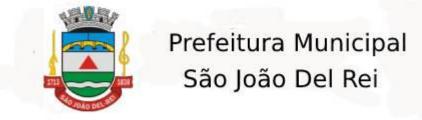
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nele contém.

Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 09 de junho de 2021.

Nivaldo José de Andrade Prefeito Municipal

Maria Sônia de Castro Secretária Municipal de Administração



Decreto nº 9.354, 10 de junho de 2021.

"Dispõe sobre a regressão de "Onda" do Plano Minas Consciente e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São João Del Rei no uso de suas atribuições legais e em especial o que consta do art. 67, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a adesão do Município de São João Del Rei ao Programa Minas Consciente através do Decreto Municipal nº 8.694, de 25 de maio de 2020;

CONSIDERANDO as deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020;

CONSIDERANDO as Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 120, de 27 de janeiro de 2021, e nº 159, de 03 de junho de 2021, que atualizam o Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 de 10 de junho de 2021, que mantém o Município de São João del-Rei na "Onda Vermelha", tendo que adotar medidas mais restritivas devido a situação agravada em razão de cenário epidemiológico e assistencial desfavorável, nos termos do § 5° do art. 2°-A da Deliberação do comitê Extraordinário COVID-19 n° 39, de 29 de abril de 2020;

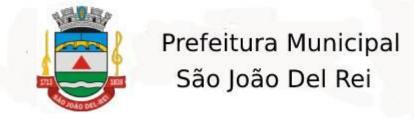
DECRETA:

- **Art. 1º** Conforme Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 de 10 de junho de 2021, o Município de São João del-Rei, pertencente a Macrorregião Centro-Sul, mantém-se na "Onda Vermelha" do Plano Minas Consciente, criado pela Deliberação do Comitê Extraordinário nº 39, de 29 de abril de 2020, para a retomada das atividades econômicas e atualizado pelas Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 120, de 27 de janeiro de 2021, e nº 159, de 03 de junho de 2021, para a retomada das atividades econômicas.
- **Art. 2º** Conforme última atualização do Plano Minas Consciente, Deliberação do Comitê Extraordinário nº 160, de 03 de junho de 2021, o Município de São João del-Rei deverá adotar medidas mais restritivas devido a situação agravada em razão de cenário epidemiológico e assistencial desfavorável, nos termos do § 5º do art. 2º-A da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 39, de 29 de abril de 2020, ficando proibidos os eventos, serviços, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas, em especial:
- I eventos públicos e privados de qualquer natureza, em locais fechados ou abertos, especialmente boates, salões de festas, casas noturnas, espaços particulares de festas, casas de espetáculos, repúblicas;
- II o funcionamento de atrativos culturais e naturais;



- **III** o funcionamento de bares e restaurantes, após às 19h, após este horário, apenas delivery, sem retirada em balcão, ficando proibida também a realização de entretenimento (música ao vivo, DJ);
- IV as aglomerações espontâneas de pessoas em vias públicas (Praças, Avenidas, parques);
- V o funcionamento de academias, clubes e salões de beleza, após às 19h;
- VI a realização de qualquer atividade que gere ou possa incentivar aglomerações.
- **Parágrafo único** Nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 de 10 de junho de 2021, excepcionalmente, para os dias 11, 12 e 13 de junho, bares e restaurantes poderão funcionar com atendimento até 22h, devido ao Dia dos Namorados.
- **Art. 3º** Os protocolos para todas as atividades permitidas estão disponível em <a href="https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/protocolos/minasco
- **Art. 4º** Ficam mantidas as demais determinações constantes do Decreto Municipal nº 8.694, de 25 de maio de 2020, que dispõe sobre a adesão do Município de São João del-Rei ao Plano Minas Consciente, desde que não conflitem com as novas diretrizes do Programa Minas Consciente.
- **Art. 5º** Ficam mantidas as demais determinações constantes do Decreto Municipal nº 8.812, de 06 de agosto de 2020, que dispõe sobre o funcionamento de igrejas, templos religiosos e afins, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pelo Novo Coronavírus COVID-19 e dá outras providências.
- **Art. 6º** Fica facultado aos proprietários de restaurantes, em especial aos que trabalham com serviço de self-service, além das medidas previstas nos protocolos do Plano Minas Consciente, a disponibilização de um funcionário para servir aos clientes que vierem a frequentar estes estabelecimentos; ou disponibilizar luvas descartáveis para que os próprios clientes possam se servir.
- **Art. 7º** Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 9.346, de 07 de junho de 2021.
- **Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 10 de junho de 2021.



PORTARIA Nº 17.861, de 09 de junho de 2021.

"Nomeia Superintendência de Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e, dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São João del-Rei, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso VI da Lei Orgânica do Município de 21/03/1990, combinado com a Lei nº 5.732, de 25/02/2021, resolve nomear, a Sra. Bianca Silva Ferreira, para o cargo de Superintendente de Assistência à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, Nível CC-6, a partir desta data, sendo suas atribuições específicas:

- I. supervisionar as atividades relativas a redes de atenção secundária, assistência farmacêutica, urgência, saúde bucal, reabilitação em saúde mental e física, saúde do trabalhador e do idoso e atenção à saúde materna e infantil;
- II. programar, acompanhar e controlar as ações e serviços na Atenção Secundária à Saúde, nos serviços especializados e nas Redes de Atenção a Urgência e Emergência, Saúde Mental, da Mulher, do Trabalhador, do Jovem e Adolescente, da Criança, do Idoso, do Penitenciário, dos Portadores de Deficiência, de Trauma e Violência e Assistência Farmacêutica, observando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);
- III. buscar a garantia do serviço de reabilitação nas diversas especialidades para os usuários encaminhados pelas unidades de Saúde da Atenção Primária e Secundaria e a garantia da oferta de consultas e serviços especializados em todas as especialidades e, de acesso para as pequenas cirurgias ambulatoriais, conforme parâmetros do SUS;
- IV. Promover um fluxo racional das atividades e procedimentos de saúde em conformidade com as orientações da Superintendência de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação;
- V. aplicar as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes à sua área de atuação;
- VI. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

Registre-se e cumpra-se a presente Portaria.

Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 09 de junho de 2021.

Nivaldo José de Andrade
Prefeito Municipal
Maria Sônia de Castro
Secretária Municipal de Administração
Adriana Aparecida Rodrigues Santiago
Secretária Municipal de Governo e Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, Contrato 060/2021, originado do Processo Administrativo 080/2021/Adesão 08/2021, locação veículo, Empresa: Locadora de Veículos Floresta Ltda EPP, CNPJ: 07560718/0001-81, Valor mensal de R\$ 1.950,00; 5° Termo Aditivo ao Contrato 086/2020, originado do Processo Licitatório 004/2020/Tomada de Preços n° 03/2020, UBS Anna Dias, acréscimo de valor: R\$ 46.332,00, Empresa: Ágora Inc. Construtora Ltda, CNPJ: 36.137.526/0001-65; 3° Termo Aditivo de valor ao Contrato 119/2020, originado do Processo Licitatório 070/2020, pavimentação CBUQ, acréscimo de valor: R\$ 70.729,99, Empresa: Terrasa Engenharia Ltda, CNPJ: 11.553.360/0001-37; 1° Termo Aditivo ao contrato 047/2021, originado do Processo Administrativo 07/2021/Adesão 07/2021, massa asfáltica em CBUQ, Empresa: Terrasa Engenharia Ltda, CNPJ: 11.553.360/0001-37; 5° Termo Aditivo ao Contrato 130/2019, originado do Processo Licitatório 005/2019/Concorrência Pública 02/2019, construção creches, acréscimo de valores: R\$ 535.840,29; 6° Termo Aditivo de valor ao Contrato 03/2020, originado do Processo Licitatório 291/2019/Tomada de preços 17/2019, reforma imóvel Rua Santo Antônio, 22, prorrogação mais 60 dias; Empresa: Andrade Coelho Construtora Ltda, CNPJ: 23.042.936/0001-80. Nivaldo José de Andrade - Prefeito Municipal.